

## Data-base 2015: Vamos à luta por reajuste para todos e correção adicional aos administrativos

*E também queremos a revisão da carreira, a implantação do plano de saúde, a licença gestante de 180 dias para todas, entre outras reivindicações.*

*Nesta edição, confira a íntegra da Pauta e mais:*

**Vale alimentação da Unesp é maior que o piso líquido dos administrativos do Centro**

*Pág. 4*

**Se o governo não negociar, podemos ir à greve! CDB reúne-se para indicar propostas de luta**

*Pág. 6*

**Nova carreira: O que está garantido para 2015 e 2016 e as mudanças que queremos - Pág. 7**

**Atenção ao reembolso do Imposto Sindical - Pág. 8**

**Apoio à greve dos professores da rede estadual paulista**

*Pág. 10*



**PL 4.330 amplia terceirização e põe em risco emprego e direitos - Pág. 10**





Data-base 2015

# Reajuste para todos e correção adicional para os administrativos são eixos na campanha deste ano

*Mas também queremos a revisão da carreira, implantação do plano de saúde, licença gestante de 180 dias para todas, entre outros. É hora de afiar os instrumentos para a luta*

A preparação da mobilização para a campanha salarial de 2015 começou em janeiro, no dia 29, durante a primeira reunião do Conselho de Diretores de Base (CDB) do Sinteps neste ano. Tendo como base um estudo inicial, elaborado pela Diretoria Executiva do nosso Sindicato, a reunião discutiu a situação salarial dos vários segmentos que compõem a categoria. Chamou a atenção a grave situação dos servidores técnico-administrativos do Ceeteps, cujo piso básico líquido atual consegue ser menor que o vale alimentação da Unesp! (veja na página 4).

A partir dos dados apresentados, a reunião do CDB definiu que, em sintonia com a reposição salarial para o conjunto da categoria (professores, auxiliares docentes e administrativos), nesta data-base devemos também centrar fogo na recuperação salarial do pessoal técnico-administrativo do Ceeteps.

Como resultado da reunião, foi elaborado um roteiro de reivindicações para este ano. Os Diretores de Base realizaram reuniões em suas unidades e colheram mais sugestões da categoria. Na reunião do CDB de fevereiro, a pauta foi definida

e, na sequência, protocolada junto à Superintendência do Ceeteps e ao governo estadual.

## Secretarias sinalizam com primeiras negociações

Como a data-base da categoria é 1º de março (leia mais sobre isso em matéria na página seguinte), o Sinteps estabeleceu prazo à Superintendência e ao governo até o dia 30/3 para que nos dessem um primeiro retorno sobre a pauta da categoria.

Como resposta, os titulares da Secretaria de Planejamento e Gestão (Marcos Monteiro) e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Márcio França, que também ocupa o cargo de vice-governador) sinalizaram com a realização de negociações ainda na primeira quinzena de abril, o que deve ser confirmado nos próximos dias.

## Expediente

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de SP.

Localização: Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro. Cep 01124-060. São Paulo - SP. Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.

Endereço para correspondência: Caixa Postal 13.850, Cep 01216-970 - São Paulo - SP.

E-mail: sinteps@uol.com.br Site: <http://www.sinteps.org.br> [www.facebook.com/#!/sindicatodotrabalhadores.sinteps](http://www.facebook.com/#!/sindicatodotrabalhadores.sinteps)

Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458 - bah0609@bol.com.br) Tiragem desta edição: 2.700 exemplares.

Data-base 2015

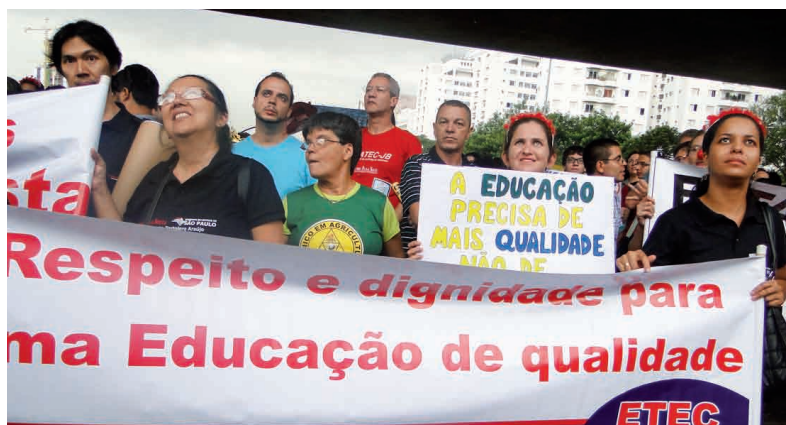
# Confira os itens econômicos e gerais da nossa Pauta de Reivindicações 2015

## 1) Reajuste salarial de 14,67% para todos + 4,56% de recuperação de perdas

Muito embora em 2014 tenha havido a implantação da carreira dos trabalhadores do Ceeteps, as tabelas salariais aprovadas foram as apresentadas em 2013, sem qualquer reajuste. Isso significa, na prática, que em 2014 não houve qualquer reajuste salarial para a nossa categoria. Pelo fato de o Centro ser vinculado legalmente à Unesp, deveríamos receber os mesmos índices aplicados naquela Universidade, mas o governo não cumpre a lei. Em 2014, o Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) concedeu um reajuste de 5,2% aos professores e funcionários da Unesp, USP e Unicamp.

Assim, a reivindicação de reajuste salarial para a nossa data-base de 2015 inclui os 5,2% de 2014 + a provável inflação de 2015, totalizando um percentual de 14,67%.

Além disso, mantendo a coerência na reivindicação, há uma perda histórica da categoria



pela não aplicação dos reajustes salariais definidos pelo Cruesp desde 1996. Não podemos ignorar este montante, mas sabemos que não é possível resgatá-lo todo de uma vez. Assim, a Pauta contém uma reivindicação de 4,56%, para repor parte destas perdas.

## 2) Abono de R\$ 400,00 por três anos seguidos para os servidores técnico-administrativos

É fato que, de todos os trabalhadores do

Centro, os mais prejudicados e que apresentam as maiores perdas salariais são os servidores técnico-administrativos.

Assim, na Pauta de Reivindicações de 2015, estamos pedindo a concessão de um abono de R\$ 400,00 para os técnico-administrativos, por três anos (2015, 2016 e 2017), com incorporação ao salário ao final de cada ano. De acordo com os estudos do Sinteps, a concessão deste abono representaria um montante fixo mensal que não chega a 2% da folha do Centro, o que é ínfimo diante da justiça que poderia ser feita com o segmento, que vem suportando imensas cargas de trabalho nos últimos anos, pela absoluta falta de pessoal, causada, em especial, pela baixa remuneração.

## 3) Implantação do Plano de Saúde Institucional aprovado no Plano de Carreira em 2014

Os trabalhadores do Centro não têm qual-



Para entender melhor

## O que é uma data-base

Data-base é o mês do ano em que uma categoria de trabalhadores negocia com seu patrão – seja ele privado ou público – um conjunto de reivindicações, envolvendo salários, condições de trabalho etc.

No caso dos trabalhadores do Ceeteps, a data-base guarda relação com duas datas: 1º de março e 1º de maio. Veja porquê:

Por conta de lei aprovada na Assembleia Legislativa de São Paulo, a data-base do funcionalismo paulista é 1º de março. Assim, o Sinteps sempre protocola a Pauta de Reivindicações antes deste dia e cobra o agendamento de negociações, assim como fez agora em 2015.

Já a história do 1º de maio tem a ver com o vínculo e associação que o Centro Paula Souza mantém com a Unesp desde a criação da-

quela universidade. O Sinteps integra o Fórum das Seis – que agrupa os sindicatos das universidades estaduais paulistas – praticamente desde a sua fundação e tem participação ativa nas campanhas salariais, inclusive na mesa de negociação com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp). Até 1996 – nunca é demais lembrar – os trabalhadores do Centro recebiam exatamente os mesmos reajustes que eram pagos nas universidades. A partir daquele ano, com a chegada dos tucanos ao poder, a lei do vínculo passou a ser desrespeitada e os reajustes deixaram de ser pagos. Por isso, o Sinteps continua mobilizando os trabalhadores do Ceeteps também para 1º de maio, com o objetivo de resgatar para os trabalhadores do Centro os reajustes salariais pagos pelo Cruesp.





# Pauta de Reivindicações 2015

quer assistência médica, nem mesmo a obrigatória por lei, que é a constituição do Serviço de Medicina e Segurança do Trabalho em todas as unidades, como prevê a NR-4. A conquista do Plano de Saúde na carreira de 2014 não pode ser ignorada pelo governo, mesmo na situação de contingenciamento em que se encontram os orçamentos estaduais. Assim, reivindicamos a imediata implantação do plano de saúde institucional, com a abertura de licitação para a contratação.

## 4) Implantação do auxílio alimentação de R\$ 800,00 para todos

O valor de R\$ 800,00/mês para todos os trabalhadores, reivindicado para o auxílio alimentação, já é uma realidade em outras au-

tarquias e nas universidades estaduais paulistas. Corresponde ao valor médio da alimentação do trabalhador, considerando o custo da refeição nas diversas regiões do estado de São Paulo.

A reivindicação deste auxílio é uma forma de compensar a gravíssima distorção representada pelo vale alimentação do funcionalismo paulista, hoje em R\$ 8,00 por dia.

## 5) Implantação do auxílio combustível nos mesmos moldes e valores do vale transporte

O benefício do vale transporte, regulamentado por lei, diz que sua utilização é para o deslocamento do trabalhador da residência ao trabalho e vice-versa, não impondo óbices dos meios de transporte usados. A regulamentação do Centro é que impõe a restrição, de forma

que uma alteração na legislação interna resolveria a situação.

O Centro tem unidades de difícil acesso, não tem jornada para seus docentes, o que os obriga a se deslocarem de uma unidade para outra para completar a carga horária. Em cidades das regiões metropolitanas, por exemplo, isso só é possível de carro, frente à precariedade dos transportes públicos.

## 6) Implantação do auxílio creche

É obrigatória a instalação de local destinado à guarda de crianças em idade de amamentação quando existentes na empresa mais de 30 mulheres maiores de 16 anos, facultado o convênio com creches. No entanto, o Centro possui creche em apenas duas uni-



## Vale alimentação da Unesp é maior que o piso líquido dos administrativos

Desde 2004, quando a atual Superintendência permitiu que os reajustes salariais fossem diferenciados – 20% para docentes e 11% para os auxiliares docentes e servidores técnico-administrativos –, nunca mais houve justiça com estes trabalhadores.

A carreira implantada em 2008 recuperou parcialmente as perdas dos docentes das FATECs – até porque a política naquele momento era pela forte expansão nas faculdades de tecnologia do Centro –, diminuiu as perdas dos docentes nas ETECs e FOI ZERO PARA O PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.

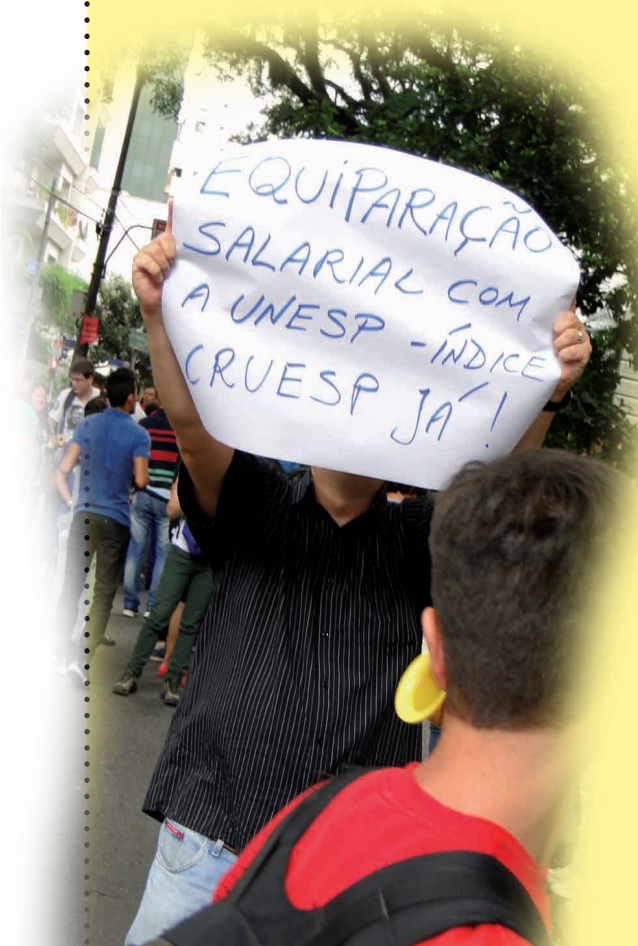
A reestruturação na carreira em 2011, fruto da greve da categoria naquele ano, recuperou um pouco mais as perdas dos docentes. Entre os servidores administrativos, somente uma pequena parcela teve alguma recuperação salarial.

Em 2014, apesar de todos os avanços trazidos pela nova carreira, conquistada pela greve da categoria, A PERDA SALARIAL DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, QUE VEM SE AGRAVANDO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS, É MUITO GRANDE,

chegando a insuportáveis 108% de diferença em relação ao pessoal da Unesp. Vale lembrar que os salários do Centro eram idênticos ao do pessoal da Unesp até a chegada do PSDB ao governo de São Paulo, em 1995. A partir de 1996, o governo simplesmente deixou de repassar ao Ceeteps os índices de reajuste pagos pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), como previa a lei.

O resultado desta política sistemática de penalização dos administrativos é dramático: o piso salarial líquido deste pessoal, atualmente, equivale ao vale alimentação pago aos servidores e docentes da Unesp, universidade à qual o Ceeteps é associado e vinculado. Isso mesmo, o PISO SALARIAL líquido dos administrativos do Centro é equivalente aos R\$ 800,00 que os trabalhadores da Unesp recebem de vale alimentação. Essa é uma situação inaceitável!

Por isso, a Pauta de Reivindicações de 2015 traz um item especial para os funcionários (abono de R\$ 400,00 por três anos seguidos, com incorporação ao final de cada ano), como mostra matéria na página 3.





# Pauta de Reivindicações 2015

dades: FATEC SP e FATEC Sorocaba. Para garantir o direito de todas as mães trabalhadoras da instituição, queremos a implantação de um auxílio creche compatível com os valores de mercado, de acordo com as regiões administrativas do estado de São Paulo.

## 7) Licença maternidade de 180 dias para todas as trabalhadoras

O estado de São Paulo usa dois pesos e duas medidas para as suas trabalhadoras: as estatutárias têm direito à licença maternidade de 180 dias, mas as celetistas não. É novamente um caso de discriminação, pois as responsabilidades que as mães trabalhadoras têm com seus filhos recém-nascidos são idênticas. Assim, reivindicamos a adoção da licença maternidade de 180 dias para todas as trabalhadoras do Centro, independente de seu regime de contratação.

## 8) Revisão da Carreira implantada em 2014, nos seguintes itens:

### • Enquadramento por titulação em 2016 para todos: professores (já previsto) auxiliares de docente e técnico-administrativos

A lei que instituiu a carreira dos trabalhadores do Ceeteps previu o enquadramento por titulações em 2016 para os docentes. O número de docentes da instituição é infinitamente maior que o número de funcionários e auxiliares docentes, de forma que o impacto financeiro desse enquadramento solicitado, para todos, será insignificante frente ao enquadramento já previsto. Por outro lado, acabaria com a discriminação de parte dos trabalhadores da instituição.

### • Instituição do 3º nível para as funções de escolaridade de nível básico

A política do governo do estado em contratar pessoal de nível médio, no mínimo, não pode ignorar que existem, nos seus quadros, trabalhadores de nível fundamental. Assim, não instituir o 3º nível de enquadramento para estas funções é discriminar o trabalhador de escolaridade fundamental, não lhe dando oportunidade de ascensão como os demais trabalhadores da autarquia. Novamente, o número de trabalhadores envolvidos é tão pequeno que o impacto orçamentário é mínimo.

### • Implantação da jornada para os docentes

Há inúmeras justificativas para este

item, mas o Sinteps prefere pautá-lo pela qualidade da educação. O Ceeteps é uma autarquia educacional, que tem como objetivos desenvolver e articular a educação profissional e tecnológica. Tem quase 300 unidades, com profissionais de alta escolaridade e experiência de mercado. Não utilizar este potencial em prol do estado, da ciência e da tecnologia é falta de visão administrativa.

A jornada dos docentes pressupõe a vinculação destes profissionais nas unidades, dedicando-se ao ensino, à pesquisa tecnológica e à extensão de serviços à comunidade.

Mas temos também a questão dos claros docentes, que se resolvem com a instituição do regime de jornada, assim como a estabilidade de um corpo docente, que é pressuposto para a qualidade do ensino. Por outro lado, a instituição da jornada diminuiria a imensa quantidade de concursos públicos e seus consequentes gastos.

### • Fim das avaliações de desempenho e fim do interstício para as titulações

O Sinteps entende que a estrutura de carreira se baseia no tempo de serviço e na qualificação dos trabalhadores. Por isso, sempre lutamos para que a carreira no Ceeteps fosse na horizontal e na vertical.

O mérito para a evolução numa carreira docente deve ser a titulação. Numa carreira administrativa, a qualificação. Qualquer outra medida não é mais mérito e sim meritocracia, com a qual o Sindicato não concorda. Por isso, reivindicamos o fim das avaliações de desempenho para a progressão horizontal e o fim do interstício para as titulações, conferindo o nível ao trabalhador assim que ele atingir a titulação requerida para tal.

### • Política salarial: retorno da aplicação dos índices de reajuste salarial definidos pelo Cruesp

Há farta discussão jurídica sobre o

tema, vários ganhos em ações individuais e, em especial, parecer da ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), todos enfatizando os direitos dos trabalhadores do Centro em receber os mesmos reajustes que são pagos pelo Conselho de Reitores (Cruesp) nas universidades estaduais paulistas. Como o Centro é vinculado e associado legalmente à Unesp, é preciso que o governo estadual volte a cumprir a legislação e nos pague os reajustes anuais do Cruesp. Há que se destacar que o índice definido pelo Cruesp nada mais é, em geral, do que a inflação oficial anual, de forma que ignorar este direito dos trabalhadores do Ceeteps é desrespeitar os profissionais da autarquia.

## 9) Democratização da Instituição

Reivindicamos a eleição direta e paritária para os cargos diretivos do Centro - diretor e vice-diretor Superintendente, diretor e vice-diretor de Unidade e coordenadores. Reivindicamos também a ampliação do Conselho Deliberativo do Ceeteps, garantindo a participação paritária da comunidade, através de eleições diretas.



Confira mais detalhes das reivindicações no site, em [www.sinteps.org.br](http://www.sinteps.org.br), no item "Fique por dentro" - "Data-base 2015"



*Sem movimento, não tem aumento*

## Se o governo não negociar, podemos ir à greve! CDB reúne-se para indicar propostas de luta

A história dos trabalhadores do Ceeteps é rica em nos mostrar que só houve conquistas com muita mobilização da categoria. Assim foi em 2011, quando realizamos uma greve bastante combativa, que obrigou o governo estadual a conceder reajuste salarial naquele ano e em 2012. Em 2014, foi a greve do início do ano que conseguiu desengavetar o plano de carreira, após mais de dois anos de enrotação.

Neste ano, também não resta dúvidas de que o governo não vai ceder sem pressão. Isso já fica claro com os decretos baixados no final de fevereiro, nos quais o governador Geraldo Alckmin cita a “crise” como justificativa para restringir a concessão de melhorias (*leia matéria na página 7*).

O Conselho de Diretores de Base (CDB), Diretores Regionais e Diretores Executivos do Sinteps, estarão reunidos no dia 15 de abril, para avaliar a conjuntura e indicar propostas de luta para a categoria. Fique atento e participe das atividades da data-base 2015.

**SEM LUTA, NÃO HÁ CONQUISTAS!**

.....  
 Passeata durante a greve de 2014: História da categoria é rica em momentos de luta por mais direitos e salários dignos



## Nova carreira: Fique atento ao que vem em 2015 e 2016

A carreira, em vigor, implantada após a greve da categoria no início de 2014, prevê alguns itens para 2015 e 2016. Fique atento e acompanhe:

- Julho de 2015: Nova progressão (enquadramento) por tempo de serviço para todos os trabalhadores do Centro. Inicialmente, o governo só queria pagar essa progressão para os docentes e auxiliares de docente. Mas a greve conquistou a inclusão dos servidores administrativos nesta regra;
- Para os docentes, haverá um terceiro enquadramento, em julho de 2016, considerando as titulações dos atuais professores de ETECs e FATECs;
- Implantação dos 30% de hora atividade para os docentes de ETEC em 2016.

### O que queremos mudar na carreira implantada em 2014

Na Pauta de Reivindicações de 2015, estamos pleiteando algumas alterações na carreira em vigor, de modo a corrigir injustiças e restrições impostas pelo governo. São elas:

- Queremos estender o enquadramento por titulação em 2016 para todos: professores (já previsto) auxiliares de docente e técnico-administrativos;
- Queremos a instituição do 3º nível para as funções de escolaridade de nível básico;
- Queremos a implantação da jornada para os docentes;
- Queremos o fim das avaliações de desempenho;
- Queremos o fim do interstício para as titulações;
- Queremos uma política salarial: retorno da aplicação dos índices de reajuste salarial definidos pelo Cruesp.

Sobre estes itens que estamos reivindicando, leia mais na página 2 a 6.

No site  
(www.sinteps.org.br),  
consulte a cartilha  
sobre a carreira



A pretexto da crise...

## Governo editou decretos que restringem gastos com funcionalismo estadual

Assim como o executivo federal (*veja matéria na página 10*), o governador paulista baixou, em 25 de fevereiro de 2015, seu pacote de maldades. A justificativa é a necessidade de “conter a crise”. Quem paga a conta? NÓS, servidores públicos estaduais.

Trata-se dos decretos nº 61.131 e nº 61.132, que estabelecem um conjunto de cortes de despesas nos órgãos públicos do estado de São Paulo. O impacto das medidas para o pessoal do Centro concentra-se no item “Custeio”. Desta forma, o governo já sinaliza que não pretende implantar o plano de saúde institucional (previsto na nova carreira) ou implantar benefícios como o vale alimentação, vale combustível e outros, constantes na nossa Pauta de Reivindicações de 2015 (*leia mais detalhes nas páginas 2 a 6*).

A determinação destas medidas via decreto indica a intenção do governo Alckmin de

dar o assunto por encerrado. Isso porque a Constituição garante aos governantes a possibilidade de baixar medidas como essa por decreto, sem precisar submetê-las ao Legislativo.

### Nós e os decretos

A Pauta de Reivindicações 2015 dos trabalhadores do Ceeteps já foi protocolada junto à Superintendência e ao governo. Para forçar a realização de negociações efetivas, a categoria deve estar mobilizada.

Lembre-se de que, no ano passado, nossa Carreira estava engavetada e foi a nossa mobilização que furou a intransigência do governo, obrigando-o a colocá-la em votação na Assembleia Legislativa e a negociar melhorias em seu projeto inicial.

Fique atento e participe das atividades da data-base 2015.

**SEM LUTA, NÃO HÁ CONQUISTAS!**

## Centro anuncia valor de ‘0,7 a 2,65’ no bônus. Isso é pouco: Queremos salários e benefícios dignos

De acordo com informações divulgadas no site do Centro Paula Souza, “em média, o valor individual do bônus mérito deste ano será equivalente a 1,5 salário de dezembro de 2014”, a ser pago até 15 de abril. Em comunicado às escolas, a superintendência informou que os valores vão variar entre “0,7 a 2,65 salários”, ou seja, aparentemente ninguém zeraria neste ano. Conclusão: como não está disposto a gastar mais com o bônus, o governo fez diminuir a média geral.

O Sindicato considera a política do bônus absurda, totalmente divorciada de uma real valorização da categoria, baseada em critérios que fogem à responsabilidade direta dos trabalhadores, como é o caso da infraestrutura, condições de trabalho etc.

Por isso, independente do bônus, lutar

para melhorar os salários e as condições de trabalho ainda é o melhor caminho para os trabalhadores do Centro.

Estamos em campanha salarial e nossa pauta de reivindicações já foi protocolada. Queremos reajuste salarial (14,56% + 3,46% de perdas), abono de R\$ 400,00 por três anos seguidos para os funcionários (com incorporação ao final de cada ano), implantação do plano de saúde, do auxílio alimentação (R\$ 800,00 para todos), licença maternidade de 180 dias para todas, revisão da carreira implantada em 2014, democratização das instâncias de poder no Ceeteps, entre outras.

Confira a íntegra do que estamos reivindicando nas páginas 2 a 6.

Se não formos atendidos, a indicação do Sindicato é mobilizar para a greve!

### Organização de base

## Novos Diretores de Base e Regionais para o Sinteps

Nas últimas reuniões da direção do Sinteps (Diretores de Base, Regionais e da Executiva), tomaram posse novos Diretores de Base e Diretores Regionais, todos com mandato até o final de 2015.

#### Diretores de Base

Foram eleitos e passam a compor o Conselho de Diretores de Base do Sinteps os seguintes companheiros:

- ETEC Francisco Garcia: Emilio Campos Costal (*titular*).
- FATEC Rubens Lara: Marilene Ricardo Lacerda (*titular*) e Rita de Cássia Nilo dos Santos (*suplente*).
- ETEC João Gomes de Araújo: Ana Lúcia de Oliveira e Alex Aparecido Monteiro (*ambos como suplentes*).
- ETEC João Baptista de Lima Figueiredo: Francisco Mendes Almeida (*titular*).
- FATEC Botucatu: Vladimir Rodrigues Piovesan (*titular*).

#### Diretores Regionais

- Claudemir Lázaro Hermenegildo (*titular*): Diretor da Regional São José dos Campos, Sub Regional de Taubaté.
- Heriane Prado de Souza, Diretora na Regional de Santos (*suplente*).

### Papel importante

Como a base do nosso Sindicato é grande e estende-se por todo o estado, é impossível aos membros da Diretoria Executiva cobri-la integralmente. Por isso, uma parte dessa responsabilidade é dividida com os Diretores de Base (voltados à organização em sua unidade) e com os Regionais (que fazem o trabalho na região). No caso do CDB, as eleições acontecem o ano todo. Se sua unidade ainda não dispõe de representação, entre no *site* da entidade ([www.sinteps.org.br](http://www.sinteps.org.br), no item "Fique por dentro" - "Eleições para Diretores de Base") e confira os detalhes.

Além deles, a entidade conta com a valiosa contribuição de voluntários em unidades espalhadas por todo o estado, que divulgam informações e ajudam a organizar a categoria. É a **CORRENTE DO BEM**, que deve engrenar novamente nas campanhas de 2015.



### Atenção

## Prazo para pedido de reembolso do Imposto Sindical vai até 31/5

*Sindicalizados devem enviar holerites ao Sinteps*

Nos holerites de abril, referentes ao pagamento de março, os trabalhadores do Centro Paula Souza puderam constatar o desconto correspondente a um dia de trabalho. Trata-se do Imposto Sindical. Assim como nos anos anteriores, o Sinteps promoverá a devolução de 60% do valor retido (a parte da entidade, como mostra explicação a seguir) para os sindicalizados. Para isso, é preciso que o funcionário ou docente envie cópia do holerite, que comprove o efetivo desconto e a filiação ao Sindicato, até o dia 31/5. O ressarcimento (via banco) terá início em 30 de abril, por ordem de chegada dos pedidos.

**Muito importante:** O envio do holerite pode ser feito via fax (11-3313.5385), e-mail ([cadastro@sinteps.org.br](mailto:cadastro@sinteps.org.br)) ou via correio (Caixa Postal 13.850, Cep: 01216-970 - São Paulo/SP).

### História

O Imposto Sindical vem sendo cobrado dos trabalhadores do Centro desde 2003. Até 2002, a cobrança só era feita junto aos trabalhadores da iniciativa privada, sendo proibida nas categorias de servidores públicos.

A partir de 2003, a lei mudou e passou a permitir o desconto também dos servidores públicos.

Considerando o IS resquício de uma legislação retrógrada e paternalista, criada para favorecer sindicatos "fantasmas", o Sinteps nunca tomou a iniciativa de pleiteá-lo. Em 2003, no en-

tanto, a Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, que não tem qualquer vínculo com os trabalhadores do Ceeteps, entrou na justiça solicitando que o Centro fizesse o desconto. A justiça deu-lhe parecer favorável, que foi prontamente acatado pelo Ceeteps.

A partir desse fato, o Sinteps ingressou na justiça e exigiu que o recolhimento fosse feito em favor da entidade, que é a legítima representante da categoria. O juiz deu ganho de causa ao Sindicato e, mesmo contrariado, o Ceeteps está sendo obrigado a recolher o dinheiro conforme manda a legislação, ou seja, através de guia de recolhimento na Caixa Econômica Federal em favor do Sinteps (60%), 15% para a Federação indicada pelo Sindicato, 5% para a Confederação e 20% para o Ministério do Trabalho (MTE). Como o Sinteps não indicou a Federação e nem a Confederação, o montante de 40% vem sendo repassado integralmente ao MTE.

A devolução aos filiados é uma deliberação do Conselho de Diretores de Base (CDB) da entidade e, também, opção de sua Diretoria Executiva. O valor devolvido corresponde aos 60% que cabem ao Sinteps.

Os valores que permanecem de posse do Sindicato são utilizados em atividades de organização de base e de campanha salarial, ou seja, em benefício da luta e dos interesses dos trabalhadores. Quando terminar o processo de devolução, a direção do Sinteps fará a prestação de contas à categoria.

**Reforçando:** O envio do holerite pode ser feito via fax (11-3313.5385), e-mail ([cadastro@sinteps.org.br](mailto:cadastro@sinteps.org.br)) ou correio (Caixa Postal 13.850, Cep: 01216-970 - São Paulo/SP).





## O Sinteps e o XXII Congresso da Fasubra Sindical

Entre os dias 4 e 8 de maio de 2015, acontece em Poços de Caldas (MG) o XXII Congresso da Fasubra – Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Instituições Públicas do Brasil. Quer saber como esse evento se relaciona com as lutas dos trabalhadores do Centro Paula Souza? Então, continue lendo!

Na organização sindical, temos várias instâncias, que se relacionam entre si. Os sindicatos são a mais conhecida, pois representam diretamente os trabalhadores. Depois, vêm as federações, que congregam sindicatos com os mesmos interesses, e as confederações, que agrupam as federações com os mesmos interesses. Por fim, temos as centrais sindicais, que se aliam às federações e às confederações na unidade nacional da luta dos trabalhadores.

Todas estas instâncias – sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais – costumam realizar congressos periodicamente. Nestes congressos, os delegados (trabalhadores eleitos em assembleias) participam para defender ideias e propostas, ou seja, uma tese.

Ourso sindicato, o Sinteps, é filiado à Fasubra e sempre procura participar ativamente dos seus congressos. Neste XXII Congresso, não será diferente. Desde o dia 10/3, estendendo-se até 15/4, estão sendo realizadas assembleias de base para escolha dos delegados. Até o fechamento desta edição, em 2/4, já haviam sido realizadas assembleias nas cidades de Mauá, São Caetano, São Bernardo, Jaú, Catanduva, Garça, Santos, Campinas, Piracicaba, Espírito Santo do Pinhal, Monte Mor, Jacareí, Pindamonhangá, Limeira e Hortolândia.

Atenção para as próximas: Americana (6/4), Mococa (7/4), Sorocaba (8/4), Presidente Prudente (9/4), Osasco (10/4) e São Paulo (15/4). No *site*, veja detalhes sobre as cidades abrangidas por cada assembleia, horário e local.

Para ser delegado, é preciso participar da assembleia. Basta ser trabalhador da base filiado ao Sinteps. Aposentados e pensionistas também podem se candidatar.

### Teses

A tese que a Diretoria Executiva do Sinteps está defendendo é a “Fasubra pela base”. De um modo geral, a tese propõe que a Federação tenha uma estrutura mais voltada aos interesses dos sindicatos representados por ela e menos aos partidos políticos, que ditam regras e comandam nos bastidores.

No *site* do Sindicato, em “**Fique por dentro**” – “**Tudo sobre o XII Confasubra**”, todas as teses estão disponíveis.

# A mulher nos vários espaços na sociedade

*Palestra com Rachel Moreno marcou as comemorações do Dia da Mulher no Sinteps*

A psicóloga e pesquisadora das lutas de gênero, Rachel Moreno, palestrou no Sinteps em 10 de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Militante desde a década de 70, quando estudava na USP, ela vem atuando em grupos de reflexão e de organização da luta por direitos das mulheres.

Rachel ressaltou o fato de que, embora tenham alcançado muitas conquistas nas últimas décadas, as mulheres ainda têm muito a avançar. “Hoje, embora tenhamos cerca de quatro anos a mais de escolarização que os homens, a massa salarial das trabalhadoras no país corresponde a apenas 75% do que é pago a eles”, exemplificou. Outra coisa, disse a palestrante, é o “teto de vidro”, que impede sutilmente a mulher de subir nas empresas, sejam elas privadas ou públicas.

Inconformada com o tratamento dispensado pela mídia à mulher, Rachel estuda o assunto há bastante tempo e acaba de lançar o livro “A imagem da mulher na mídia”. Na obra, ela analisa a presença feminina nos veículos de comunicação e compara legislações de 12 países sobre a regulação da imagem da mulher na mídia. Para ela, há uma invisibilidade seletiva das mulheres, de suas demandas atuais, a falta de pluralidade nas opiniões das que eventualmente aparecem, a imposição sutil de um modelo de beleza e de valores, a banalização ou espetacularização da violência e a ridicularização (via programas de humor).

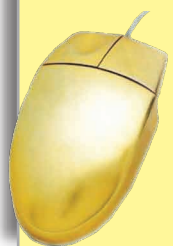
A palestrante considera que, por representarem 52% da população e por deterem 85% das decisões de consumo, as mulheres recebem um tratamento “especial”: são abundantes enquanto musas ou promessas implícitas de conquista associadas aos produtos de consumo masculino, e ausentes dos espaços ditos sérios (como telejornais, onde estão em apenas 18% das informações e aparecem



Rachel Moreno, durante palestra na sede do Sinteps:  
Pesquisa em defesa da mulher

predominantemente como testemunhas ou vítimas, e quase nunca como especialistas, segundo pesquisa internacional da Unesco).

“Se queremos uma sociedade democrática, inclusiva e igualitária, é preciso mudar a cultura que perpetua os preconceitos e discriminações”, destaca Rachel. Em relação à mídia, ela propõe: “Para mudar padrões e formas de tratamento dispensados à mulher, é preciso que todos os movimentos sociais pressionem para definir regras claras e consensuais, com órgãos e mecanismos de controle da implementação efetiva destes acordos, com a representação da sociedade civil, em sua pluralidade, e com poder de recomendar sanções.”



## Todo apoio à greve dos professores estaduais contra o governo inimigo da educação

O Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza – Sinteps enviou moção à Apeoesp (sindicato que representa os professores da rede estadual) e ao governo, manifestando seu apoio à greve da categoria, iniciada em 16/3/2015.

Os professores reivindicam 75,33% de reajuste salarial (rumo ao piso do Departamento Intersindical de Estatística para Estudos Socioeconômicos/Dieese, por 20 horas de trabalho), equiparação salarial com os demais profissionais com formação de nível superior, contra a superlotação das salas de aula, fim das contratações precárias, melhores condições de trabalho e de infraestrutura nas escolas, entre outros.

A greve coloca os professores estaduais em oposição ativa à política de destruição da educação pública pelo governo estadual, com sua política de “ajustes” que, nos últimos meses, levou ao fechamento de mais de três mil salas de aula, demissão de mais de 20 mil professores, salários congelados etc.

Em vez de negociar efetivamente com a categoria, o governo lança mão de políticas antisindicalistas e ilegais, como a contratação de substitutos para ocupar o lugar dos grevistas, ao mesmo tempo em que tenta ganhar a opinião pública com o apoio da grande imprensa.

O movimento dos professores estaduais sinaliza o caminho da luta para as demais categorias do funcionalismo paulista, como é o caso dos trabalhadores do Centro Paula Souza, que estão em campanha salarial e aguardam retorno à sua pauta de reivindicações 2015. A hora é de luta!



Passeata dos professores estaduais no centro de São Paulo

## Repúdio aos decretos de Alckmin e às MPs do governo federal

*Os trabalhadores não devem arcar com o ônus da crise capitalista*

Reunido em 23/2/2015, o Conselho de Diretores de Base – CDB do Sinteps repudiou a edição de decretos por parte do governo estadual (restringindo a concessão de gastos com o funcionalismo, como mostra matéria na pág. 7) e das medidas provisórias (MPs) 664 e 665, editadas pelo governo federal no dia 30 de dezembro de 2014. Tais MPs afetam diretamente direitos sociais importantes dos trabalhadores, definindo novos critérios para a concessão (pelo INSS) do auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão e pensão por morte, além de estabelecer outras medidas, com restrições prejudiciais ao trabalhador ou aos seus dependentes.

A justificativa para as medidas foi a necessidade “corrigir distorções” no sistema. Porém, nem mesmo o governo es-

conde que as MPs 664 e 665 fazem parte de um “ajuste fiscal” nas contas públicas, com o objetivo de alicerçar o país no combate à crise econômica em curso. Ou seja, mais uma vez, a exemplo do que fizeram e continuam fazendo sistematicamente os governos do PSDB, o governo Dilma planeja descarregar na classe trabalhadora o ônus da crise capitalista.

O Sinteps soma sua voz às entidades sindicais e sociais que pedem a reprovação das MPs 664 e 665 pelo Congresso Nacional. Não podemos aceitar medidas que reduzam ou subtraíam conquistas e direitos, ao mesmo tempo em que o empresariado é contemplado com desonerações e benefícios fiscais.

Pela rejeição das Medidas Provisórias 664 e 665/2014!

## Cresce a reação ao PL 4.330, que amplia a terceirização no país

Em trâmite no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 4.330, de 2004, é uma grande ameaça aos direitos da classe trabalhadora. Sob o pretexto de regulamentar a terceirização no país, acaba por

legalizar a fraude e a precarização do emprego. Isso porque permite que as empresas terceirizem até mesmo sua atividade-fim, aquela que caracteriza o seu objetivo principal. Por exemplo, nas escolas até mesmo as atividades de ensino poderiam ser terceirizadas.

Atualmente, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST)



considera ilegal a terceirização na atividade-fim do empregador, permitindo-a apenas nas atividades consideradas meio, ou seja, aquelas que, apesar de necessárias, não são inerentes ao objetivo principal da empresa. Se o PL 4.330 for aprovado pelo Congresso Nacional, a Súmula 331 deixará de ter vigência.

# Do fútil ao útil: Desburocratizar, valorizar e formar professores, metas para uma educação eficiente

\* Por Regina Santos

**D**entre as palavras chaves para melhorias e avanços na educação estão: desburocratizar, valorizar e formar professores, nestas breves palavras, cabe uma série de reflexões aliadas ao cotidiano do professor, sem contanto, deixar de ressaltar o papel relevante da educação pública no cenário da educação formal no País. Em especial, neste momento, de mudanças na política e na economia, cujos gestores públicos não podem deixar de lado, tão importante assunto para pauta de suas agendas no limiar de mais um ano. Até mesmo porque, logo iniciaremos novo período letivo e somente quem nele vive, sabe o quanto de papel, de tinta e de burocracias se faz no começo de cada período letivo, não raro, se estendendo pelo ano todo. Sem levar em consideração as fases de atribuições, não raro, momento de estresse, somando a falta da valorização dos professores, que, mesmo concursados não possuem a menor segurança em manter seu trabalho. Por fim as burocracias que deveriam ser banidas do leque de atribuições, tanto do professor quanto dos demais envolvidos com a educação que apenas levam a aumentar o descredito cada dia mais das instituições públicas, embora diante de tão nobre missão: Formar cidadãos! Em especial, neste contexto, o professor que sofre com a falta de programas que visem dar mais segurança e garantias ao seu trabalho. Por fim não se fala em valorizar o que não seja digno de valor, mas cabe refletirmos um pouco mais sobre a missão do professor no contexto geral das formações, uma vez que qualquer profissional, seja ele um médico, seja ele um juiz, seja ele um engenheiro ou qualquer outro ofício, precisou algum dia passar por uma sala de aula e depender de algum modo de um professor. Portanto, cabe a Sociedade, o Estado e a Nação Brasileira dar mais credibilidade a esse profissional, que, não raro, necessita fazer do ofício um “bico”, pois é quase impossível sobreviver, simplesmente no exercício de sua missão. E cabe aos que estão no poder, os “iluminados” da política, da gestão pública e das demais esferas começar a pensar mais neste importante trabalhado do educador. Já que em sua maioria, o que pesa mais são votos, números etc. E por aí vai como a própria população imbuída deste sentimento de descredito, mingando cada vez mais os horizontes do professor. E uma nação sem educação, portanto, sem educadores, será uma nação fadada ao caos e ao retrocesso.

Então, o professor, não raro, é julgado, criticado e simplesmente, alguns alienados do poder ainda dizem: Se valorize! Pobre coitado, muitas vezes, não tem um pão para comer! Não raro, ganha um salário vergonhoso, sem direito, muitas vezes, a um passe. Isto para não adentrar em discussões mais complexas que os tribunais conhecem, pelo menos para os poucos corajosos que conseguem vencer o silêncio. Culpa do professor? Não!! Do sistema alienante em que usa a democracia para

fazer propaganda, mas que no fundo guarda em si os resquícios ditatoriais do poder mandante! Em que falar, não raro, se constituem em penalidade, em que se faz dos instrumentos de disciplinas, meras formas de calar a verdade! Por outro lado, ainda, se vive a festa do pão e circo, atrair o povo pelas aparências. Ledo engano! Somente vamos formar efetivamente profissionais e cidadãos à medida que a prática da democracia for real, não mero objeto de luxo de poucos. Afinal de contas o professor, não deve passar anos e anos de suas vidas em meios acadêmicos para se tornar objeto de classes dominantes. Nas palavras de Vogt (1993) em o Sonho Liberal e a Construção Democrática, podem-se confirmar as observações defendidas acima, ao apontar que se ocorreu acúmulo de riqueza, ao longo dos anos no País, mas também escassa tradição democrática e quase nenhuma disposição política para a distribuição equitativa de oportunidade, referindo-se ao acesso à educação, à cultura e à qualificação para o exercício da cidadania. Isso foi dito nos anos noventa, mas, infelizmente, válido até hoje.

Além disso a Constituição Brasileira de 1988, Art. 205 no que se refere a educação nos faz lembrar alguns pontos importantes:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; V - "valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da Lei.

Por conseguinte, formar e capacitar são importantes, mas juntamente deve haver a conscientização das necessidades de mudanças urgentes no cenário da educação no País, não bastam teorias é necessário vivenciar as experiências e um bom exemplo para o nosso País estão nos ensinamentos de Freire (1987) em Pedagogia do Oprimido. Ao defender que os oprimidos, são vistos como patologias da sociedade. Já que as mentes sãs pretende transformar a mente dos oprimidos e não o sistema que os oprime. Em que se dá valor ao papel da educação bem comportada, alienante filha do silêncio. Tal como a liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. Portanto, não basta que os homens não sejam escravos, se as condições sociais fomentam a existência de autômatos. A educação autêntica não se faz de A para B, ou de A sobre B, mas de A com B, “mediatizados” pelo mundo. A única forma de pensar certo do ponto de vista da dominação é não deixar que a massa pense. O que vale dizer é não o pensar com eles. Dividir

para manter a opressão também é outra tática da classe que detém o poder. Dividir para dominar. Guevara..recomendava, desconfiar sempre! Constantes guerras invisíveis que a alienação chama de doenças tropicais.. diarreias, esquistossomoses etc. Por fim o autor nesta brilhante explanação termina dizendo que se nada ficou destas páginas, pelo menos reste à certeza da confiança no homem, no povo e que seja mais fácil amar.

E que 2015 seja um ano de conquistas para os professores\educadores no país no que se refere à condições mais justas e dignas de trabalho, os quais necessitam sim aprender e melhorar como todos os demais profissionais, mas que acima de tudo carecem de valorização o que significa, não dar credibilidade a quem não merece, mas possibilitar um novo olhar para este profissional e isso se faz por meio de medidas e condições de trabalhos mais justas e dignas, imbuídas de respeito ao exercício de seu ofício. E por último a educação no País se modernizar, deixar de lado tantos papéis inúteis, tantas cláusulas punitivas, denegrindo a vida e imagem de inocentes, tentando calar o profissional que cumpre com seu dever garantido em Lei que é formar e educar para vida, não para ser meros objetos dos mandos e desmandos do poder dominante. E tantas mais aberrações inúteis vividas no cotidiano escolar, enquanto prioridades gritantes saltam aos olhos dos gestores.

Por outro lado, a política também se configura importante para formação do cidadão, mas não a politicagem, independente de partidos políticos, pois ela deve ser pautada nos valores reais do efetivo ensino, do aprender e de formar seres capazes de gerir, de administrar, enfim promover mudanças e o progresso sustentavelmente no País.

Ademais, que o marketing seja em prol da educação, da vida e dignidade de seus professores, não a educação usada para fins menos nobres como a mídia corriqueiramente denúncia e os mais letrados, não raro, se faz de míope. E jamais devemos perder os momentos de expor as necessidades sem máscaras, exercendo efetivamente seu direito democrático e de cidadania. Em especial na defesa da educação pública, palco de muitos interesses, mas poucas ações para efetivos avanços e por fim na defesa do educador/professor.

\* Regina Santos é geóloga e professora do Ceeteps

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Título VIII Da Ordem Social Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I Da Educação

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1987.

VOGT, Carlos. O sonho liberal e a construção democrática. In: A solidez do Sonho. Campinas, SP: Papirus: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. P. 26-28

# Data-base 2015

- ▶ **Reajuste de 14,67% + 4,56%**, a título de reposição parcial de perdas, para todos;
- ▶ **ABONO de R\$ 400,00 por três anos seguidos (2015, 2016, 2017)** para os servidores técnico-administrativos, com a incorporação aos vencimentos no final de cada ano;
- ▶ **Implantação do Plano de Saúde Institucional** aprovado na carreira em 2014;
- ▶ **Implantação do auxílio alimentação de R\$ 800,00** para todos;
- ▶ **Implantação do auxílio combustível;**
- ▶ **Implantação do auxílio creche;**
- ▶ **Licença maternidade de 180 dias** para todas;
- ▶ **Revisão da Carreira implantada em 2014**, com a adoção da política salarial do Cruesp, jornada para a carreira docente, enquadramento por titulação para todos, fim das avaliações de desempenho, entre outros;
- ▶ **Democratização da instituição**, com eleição direta e paritária para todos os cargos eletivos do Ceeteps.

Confira os detalhes da Pauta de Reivindicações 2015 em [www.sinteps.org.br](http://www.sinteps.org.br)

O cartaz da data-base 2015 traz um resumo das nossas reivindicações. Confira mais detalhes nas matérias das páginas iniciais deste jornal e no site



**Sem atendimento das nossas reivindicações, vamos responder com**

# MOBILIZAÇÃO!

**Assembleias setoriais vão avaliar indicativo de GREVE.**

Participe das atividades convocadas pelo seu Sindicato.